

CONCURSO PÚBLICO

PROVA V	ATENÇÃO VERIFIQUE SE CÓDIGO E PROVA DESTE CADERNO DE QUESTÕES CONFEREM COM O SEU CARTÃO DE RESPOSTAS
MANHÃ	



CARGO: ANALISTA DE TRÂNSITO

FUNÇÃO: CONTADOR

FRASE PARA EXAME GRAFOLÓGICO (TRANSCREVA NO QUADRO DE SEU CARTÃO DE RESPOSTAS)

“Algo só é impossível até que alguém duvide e acabe provando o contrário.”

Albert Einstein

A T E N Ç Ã O

1. O **Caderno de Questões** contém questões de múltipla-escolha, cada uma com 5 opções (A, B, C, D e E).
2. Ao receber o material, verifique no **Cartão de Respostas** seu nome, número de inscrição, data de nascimento, cargo e prova. Qualquer irregularidade comunique imediatamente ao fiscal de sala. Não serão aceitas reclamações posteriores.
3. A prova objetiva terá duração de 4:00 horas, incluído neste tempo o preenchimento do **Cartão de Respostas**.
4. Leia atentamente cada questão e assinale no **Cartão de Respostas** a opção que responde corretamente a cada uma delas. O **Cartão de Respostas** será o único documento válido para a correção eletrônica. O preenchimento do **Cartão de Respostas** e a respectiva assinatura serão de inteira responsabilidade do candidato. Não haverá substituição do **Cartão de Respostas**, por erro do candidato.
5. Observe as seguintes recomendações relativas ao **Cartão de Respostas**:
 - A maneira correta de marcação das respostas é cobrir, fortemente, com esferográfica de tinta azul ou preta, o espaço correspondente à letra a ser assinalada.
 - Outras formas de marcação diferentes implicarão a rejeição do **Cartão de Respostas**.
 - Será atribuída nota zero às questões não assinaladas ou com falta de nitidez, ou com marcação de mais de uma opção, e as emendadas ou rasuradas.
6. O fiscal de sala não está autorizado a alterar qualquer destas instruções. Em caso de dúvida, solicite a presença do coordenador local.
7. Você só poderá retirar-se definitivamente do recinto de realização da prova após 1 hora contada do seu efetivo início, **sem levar o Caderno de Questões**.
8. Você só poderá levar o próprio **Caderno de Questões** caso permaneça na sala até 1 hora antes do término da prova.
9. Por motivo de segurança, só é permitido fazer anotação durante a prova no **Caderno de Questões** e no **Cartão de Respostas**. Qualquer outro tipo de anotação será motivo de eliminação automática do candidato.
10. Após identificado e instalado na sala, você não poderá consultar qualquer material, enquanto aguarda o horário de início da prova.
11. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o **Cartão de Respostas**.
12. Ao terminar a prova, é de sua responsabilidade entregar ao fiscal o **Cartão de Respostas**. Não esqueça seus pertences.
13. O **Gabarito Oficial da Prova Objetiva** será disponibilizado no site www.funcab.org, conforme estabelecido no Cronograma.

Realização:

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto abaixo e responda às questões propostas.

TEXTO 1

Teste em simulador mostra os riscos de dirigir usando o celular

Pesquisadores da Universidade de Utah, nos Estados Unidos, usam um simulador para mostrar os efeitos do telefone celular nos motoristas. O aparelho de US\$ 100 mil consegue até monitorar para onde a pessoa está olhando. O envio de mensagens de texto é uma das atividades que mais distrai ao volante.

Um motorista usando o celular tem quatro vezes mais chances de provocar um acidente. Essa possibilidade é a mesma para uma pessoa que bebeu e tem 0,8 de álcool no sangue. Até aparelhos que deixam as mãos livres, como o bluetooth, não eliminam os riscos.

“Gastamos milhões equipando os carros com air bags, melhores freios e pneus para que fiquem mais seguros, mas o número de fatalidades no trânsito permanece constante. Um dos motivos é o aumento da distração com outros equipamentos dentro dos veículos”, analisa David Strayer, professor de psicologia, responsável pela pesquisa da Universidade de Utah.

A estudante Anne MacLaren, de 19 anos, foi uma das voluntárias no simulador. Durante o teste, ela acabou batendo no carro da frente quando mandava mensagem de texto. Entre outros candidatos, muitos perderam a entrada que deveriam pegar e alguns nem viram que tinham passado por ela.

Os motoristas superestimam suas habilidades de serem 'multitarefa' no volante. A maioria dos americanos reconhece o perigo, mas continua usando o telefone, passando mensagens de texto e acessando a internet. Alguns até abrem os laptops e outros aparelhos eletrônicos, transformando o carro em um centro de entretenimento.

Como a legislação difere entre os estados americanos, pesquisas frequentes ajudam a estimular o debate. Em 2003, um estudo da Universidade de Harvard concluiu que distrações provocadas pelo uso do telefone celular levam a 2600 mortes no trânsito todo ano, além de 330 000 colisões com ferimentos moderados ou leves.

(gl.globo.com/noticias/mundo - acesso em 08/03/2010)

1. Marque a opção correta em relação ao texto.

- A) A palavra “aparelho”, no primeiro parágrafo do texto, refere-se a um tipo de telefone celular que custa US\$100 mil por possuir outras finalidades além da comunicação.
- B) O simulador acabou por desconcentrar os voluntários que cometeram infrações enquanto estavam ao volante.
- C) O uso do celular ao volante só traz prejuízo aos motoristas que apresentam 0,8 de álcool no sangue.
- D) Tanto a ingestão de bebidas alcoólicas quanto o uso do celular podem provocar acidentes no trânsito.
- E) Pesquisadores da Universidade de Utah desenvolveram um aparelho que auxiliará os motoristas que costumam usar celular ao volante.

2. No trecho abaixo evidencia-se uma característica marcante dos motoristas americanos. Aponte-a.

“A maioria dos americanos reconhece o perigo, mas continua usando o telefone, passando mensagens de texto e acessando a internet.”

- A) desligamento.
- B) inconstância.
- C) imutabilidade.
- D) impertinência.
- E) inconsequência.

3. A palavra grifada no trecho: “...pesquisas frequentes ajudam a estimular o debate.” foi formada pelo processo de:

- A) composição por aglutinação.
- B) composição por justaposição.
- C) derivação parassintética.
- D) derivação regressiva.
- E) derivação prefixal.

4. Assinale a opção que justifica a presença da vírgula no trecho abaixo.

“Durante o teste, ela acabou batendo no carro da frente quando mandava mensagem de texto.”

- A) Intercalação de um aposto.
- B) Elipse do verbo.
- C) Deslocamento do adjunto adverbial.
- D) Separação de elementos que exercem a mesma função sintática.
- E) Intercalação de oração reduzida de infinitivo.

5. Assinale a opção em que todas as palavras grifadas foram, correta e respectivamente, classificadas entre parênteses.

- A) “O envio de mensagens de texto é uma das atividades que mais distrai ao volante.” (substantivo - preposição - pronome - advérbio)
- B) “Gastamos milhões equipando os carros com air bags, melhores freios e pneus para que fiquem mais seguros...” (preposição - adjetivo - preposição - adjetivo)
- C) “Os motoristas superestimam suas habilidades de serem 'multitarefa' no volante.” (pronome - adjetivo - preposição - locução adjetiva)
- D) “Entre outros candidatos, muitos perderam a entrada que deveriam pegar e alguns nem viram que tinham passado por ela.” (pronome - preposição - pronome - conjunção)
- E) “Em 2003, um estudo da Universidade de Harvard concluiu que distrações provocadas pelo uso do telefone celular levam a 2600 mortes no trânsito todo ano, além de 330.000 colisões com ferimentos moderados ou leves.” (preposição - conjunção - artigo - adjetivo)

6. Assinale a alternativa que completa correta e respectivamente os espaços do texto abaixo.

Em jornais e em propagandas eleitorais, ouço argumentos contra e ___ favor dos pedágios, uns destacando os preços, outros, ___ qualidade das estradas. Dificilmente alguém menciona os dois ao mesmo tempo, ou seja, que ___ quantia paga pelos pedágios é alta, mas, mesmo assim, vale ___ pena, ou que ___ estradas seriam boas, mas são os usuários que ___ mantêm, e não o governo.

- A) à - a - a - à - as - às.
- B) a - a - a - a - as - as.
- C) à - a - à - à - às - as.
- D) a - à - a - a - às - as.
- E) a - à - à - a - as - às.

7. Na fala do assaltante, na charge abaixo, identifica-se uma crítica:



- A) à falta de coerência presente nos discursos dos malfeitores.
- B) aos valores cobrados nas infrações de trânsito.
- C) à quantidade de assaltos que ocorrem no trânsito das grandes cidades.
- D) à displicência dos motoristas que ignoram as mensagens dos semáforos.
- E) à falta de intervenção policial em assaltos a motoristas.

8. Na fala da charge, reproduzida abaixo, os termos grifados exercem as seguintes funções sintáticas:

"...e como eu ia dizendo, é muito mais econômico você andar devagar e ser assaltado por mim do que correr e ser assaltado pelo radar. E eu nem somo pontos em sua habilitação!"

- A) objeto direto - objeto indireto - adjunto adverbial.
- B) adjunto adnominal - sujeito - adjunto adverbial.
- C) predicativo - agente da passiva - adjunto adverbial.
- D) objeto direto - objeto direto preposicionado - objeto indireto.
- E) aposto - objeto indireto - objeto direto preposicionado.

9. Marque a opção que apresenta, respectivamente, a ideia expressa pela conjunção "como" em cada uma das frases abaixo.

"Até aparelhos que deixam as mãos livres, como o bluetooth, não eliminam os riscos."

"Como a legislação difere entre os estados americanos, pesquisas frequentes ajudam a estimular o debate."

"...como eu ia dizendo, é muito mais econômico você andar devagar e ser assaltado por mim do que correr e ser assaltado pelo radar."

- A) comparação - causa - conformidade.
- B) comparação - comparação - conformidade.
- C) conformidade - causa - comparação.
- D) causa - conformidade - causa.
- E) causa - conformidade - conformidade.

10. Assinale a opção em que, quanto à concordância verbal, uma das orações foge ao padrão culto do idioma.

- A) A maior parte dos motoristas costuma usar celular ao volante.
A maior parte dos motoristas costumam usar o celular ao volante.
- B) Os Estados Unidos costumam promover campanhas relacionadas ao uso do celular ao volante.
Estados Unidos costumam promover campanhas relacionadas ao uso do celular ao volante.
- C) Havia muitos motoristas que usavam celular ao volante.
Existem muitos motoristas que usam celular ao volante.
- D) Tudo eram símbolos nas estradas.
Tudo era símbolos nas estradas.
- E) Batiam oito horas quando ele acordou e abriu as janelas.
Já era meio-dia e meia quando ele acordou e abriu as janelas.

LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO

11. Segundo o Código de Trânsito Brasileiro, o ciclista desmontado empurrando a bicicleta deverá:

- A) circular pelos bordos da pista em fila dupla.
- B) deslocar-se por entre os carros.
- C) atravessar quando o semáforo estiver indicando a cor verde para os pedestres.
- D) circular pela contramão da via.
- E) evitar ruas e avenidas movimentadas.

12. A Resolução CONTRAN n° 277/08 dispõe sobre o transporte de menores de 10 anos e a utilização do dispositivo de retenção para o transporte de crianças em veículos. A figura ao lado representa o dispositivo para crianças entre:



- A) 3 e 6 anos.
- B) 4 e 7 anos e meio.
- C) 5 e 8 anos.
- D) 6 e 9 anos e meio.
- E) 7 anos e meio e 10 anos.

13. A entrada e saída temporária ou definitiva de veículo do Brasil deverá ser comunicada pelas repartições aduaneiras e pelos órgãos de controle de fronteira ao:

- A) CONTRAN.
- B) CETRAN.
- C) DENATRAN.
- D) DETRAN.
- E) RENAVAL.

14. Segundo o Art. 40 do CTB, a troca de luz baixa e alta, de forma intermitente e por curto período de tempo, só poderá ser utilizada pelo condutor em duas situações distintas: para indicar a existência de risco à segurança para os veículos que circulam em sentido contrário ou:

- A) o embarque e desembarque de passageiros.
- B) a imobilização do veículo.
- C) a intenção de ultrapassar o veículo que segue à frente.
- D) a existência de agentes de trânsito.
- E) a sua presença na via.

15. Michel cometeu uma infração gravíssima que tem como penalidade multa e a suspensão do direito de dirigir. A sua Carteira Nacional de Habilitação somente será devolvida após ele cumprir a penalidade e frequentar o curso de reciclagem. É infração igualmente gravíssima, sujeitando o infrator à idêntica penalidade:

- A) dirigir ameaçando os pedestres que estejam atravessando a via pública ou os demais veículos.
- B) dirigir veículo sem placa ou sem licenciamento.
- C) conduzir crianças em veículo automotor sem observância das normas de segurança especiais.
- D) transitar pela contramão em vias com sentido único de direção.
- E) dirigir veículo com a validade da Carteira Nacional de Habilitação vencida há mais de trinta dias.

16. A Lei n° 12.006/09 estabelece que toda peça publicitária destinada à divulgação ou promoção, nos meios de comunicação social de produto oriundo de indústria automobilística ou afim, incluirá, obrigatoriamente, mensagem educativa de trânsito a ser conjuntamente veiculada. A divulgação feita em DESACORDO com as condições fixadas nesta Lei constitui infração punível com a seguinte sanção:

- A) advertência por escrito.
- B) suspensão da propaganda do produto pelo prazo de até 30 dias.
- C) multa de 1.000 (um mil) a 5.000 (cinco mil) reais.
- D) retratação nos meios de comunicação social.
- E) cassação do registro da empresa.

17. Para circulação nas vias públicas do território nacional é obrigatório o uso de vidro de segurança laminado no para-brisa de todos os veículos automotores, reboques e semirreboques. A transmissão luminosa para os vidros incolores dos para-brisas NÃO poderá ser inferior a:

- A) 50%.
- B) 55%.
- C) 60%.
- D) 70%.
- E) 75%.

18. Roberto possui um posto de gasolina numa rodovia federal, numa área não urbana, segundo delimitação do município de seu domicílio. De acordo com a Lei n° 11.705/08, Artigo 2º, são vedados a venda varejista ou o oferecimento de bebidas alcoólicas para consumo nessa faixa de domínio. Roberto desrespeitou a lei e vendeu cerveja para os condutores de veículos que paravam em seu posto. A violação desse artigo implicará a Roberto uma multa de:

- A) R\$ 300 (trezentos reais).
- B) R\$ 600 (seiscentos reais).
- C) R\$ 900 (novecentos reais).
- D) R\$ 1.200 reais (um mil e duzentos reais).
- E) R\$ 1.500 reais (um mil e quinhentos reais).

19. Você está conduzindo o seu veículo por uma rodovia em Pernambuco quando se depara com placa de advertência que alerta para a existência de uma curva acentuada em "S" a esquerda (A-4 a). Dentre as opções abaixo, qual placa corresponde à sinalização descrita?



20. O registro de contrato de financiamento de veículo, segundo o Artigo 3º da Resolução nº 320/09, deverá conter em seus dados:

- A) a identificação do credor e do devedor, contendo o número da identidade e do CPF.
- B) o total da dívida ou sua estimativa.
- C) o local e data da compra e financiamento do veículo.
- D) a quantidade de parcelas a serem pagas.
- E) a descrição do devedor e os elementos indispensáveis à sua identificação.

CONHECIMENTOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

21. Acerca das regras que tratam da nomeação, previstas no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Pernambuco, Lei nº 6.123/68, assinale a alternativa correta.

- A) A nomeação será feita em caráter efetivo, para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas.
- B) É permitida a nomeação em caráter interino.
- C) Os cargos de provimento efetivo serão providos por livre escolha do Governador, respeitados os requisitos e as qualificações estabelecidas por lei em cada caso.
- D) Mediante seleção e concurso adequados poderão ser admitidos servidores públicos de capacidade física reduzida, para cargos especificados em lei e regulamento.
- E) Em igualdade de classificação em concurso dar-se-á preferência para nomeação, sucessivamente, ao deficiente físico e ao servidor contratado do Estado sob o regime da legislação trabalhista.

22. Sobre a disciplina normativa da posse, prevista no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Pernambuco, Lei nº 6.123/68, é correto afirmar que:

- A) a diplomação é o ato que completa a investidura em cargo público e órgão colegiado.
- B) não se admite a posse por procuração, ainda que o nomeado esteja ausente do Estado.
- C) não haverá posse nos casos de promoção e reintegração.
- D) é facultado ao servidor público ocupante de cargo de provimento efetivo apresentar declaração dos bens e valores que constituem seu patrimônio e de que não exerce função pública de acumulação proibida.
- E) cabe ao Presidente da República dar posse aos membros dos órgãos colegiados.

23. Acerca das regras que tratam do exercício, assinale a alternativa correta.

- A) O exercício do cargo terá início no prazo improrrogável de dez dias a contar da data da posse.
- B) A promoção não interrompe o exercício do cargo.
- C) O servidor público preso preventivamente, pronunciado por crime comum ou denunciado por crime funcional, ou ainda, condenado por crime inafiançável em processo no qual não haja pronúncia será exonerado do exercício do cargo.
- D) O servidor público poderá ser posto à disposição de órgãos da administração direta ou indireta, federal, estadual e municipal a critério do Governador, por prazo indeterminado.
- E) O servidor público que não entrar em exercício, no prazo legal, sempre perderá o cargo, ainda que comprove a existência de motivo de força maior.

24. Dentre os requisitos apurados no estágio probatório NÃO se inclui:

- A) idoneidade moral.
- B) assiduidade.
- C) disciplina.
- D) eficiência.
- E) aprovação em exame psicotécnico.

25. Acerca das disposições que tratam da duração do trabalho, previstas no Capítulo I, do Título IV da Lei nº 6.123/68, Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Pernambuco, é correto afirmar:

- A) a duração normal do trabalho será de seis horas por dia ou trinta horas por semana, podendo, extraordinariamente, ser prorrogada ou antecipada.
- B) considera-se noturno o trabalho executado entre as vinte horas de um dia e às dez horas do dia seguinte.
- C) é expressamente vedado o estabelecimento de escala de revezamento.
- D) a duração normal do trabalho do funcionário que ocupar cargo do Serviço Técnico Científico será de dez horas por dia, ou quarenta horas semanais.
- E) é vedada a criação de regimes de tempo complementar e integral com dedicação exclusiva.

26. No que tange às regras que dispõem sobre as férias, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Somente e depois do primeiro ano de exercício o funcionário adquirirá direito a férias.
- B) É vedado o fracionamento do período de férias, salvo por necessidade do serviço.
- C) Durante as férias, o servidor perderá o direito às vantagens do seu cargo e função.
- D) As férias dos membros do magistério corresponderão às férias escolares, obedecidas as restrições legais e regulamentares.
- E) É proibida a acumulação de férias, salvo imperiosa necessidade do serviço de até o máximo de dois períodos, justificada em cada caso.

27. Sobre vencimentos, é correto afirmar que:

- A) é possível ao servidor público, por imperiosa necessidade, perceber vencimento inferior ao maior salário mínimo vigente em Pernambuco.
- B) poderão ser abonadas até dez faltas durante o mês por motivo de doença comprovada, mediante atestado de médico ou dentista do serviço público estadual ou em decorrência de circunstância excepcional, a critério do chefe da repartição.
- C) o servidor público perderá todo o vencimento, durante o afastamento decorrente de condenação por sentença definitiva a pena que não determine ou acarrete a perda do cargo.
- D) vencimento é a retribuição pelo exercício do cargo, correspondente a valor fixado em lei para o símbolo, padrão ou nível do respectivo cargo.
- E) as reposições à fazenda estadual serão descontadas em parcelas mensais, não excedentes da metade do vencimento.

28. Dentre as penalidades disciplinares, NÃO se inclui a:

- A) multa.
- B) exoneração.
- C) suspensão.
- D) repreensão.
- E) destituição de função.

29. No que tange à aplicação das penalidades disciplinares, é correto afirmar:

- A) não se aplica penalidade disciplinar à falta grave.
- B) o ato da demissão não mencionará a causa da penalidade.
- C) na aplicação das penas disciplinares, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração, os danos que dela provierem para o serviço público e os antecedentes do servidor.
- D) considera-se abandono de cargo a ausência ao serviço sem justa causa, por mais de sessenta dias consecutivos.
- E) somente o Governador é competente para a aplicação das penalidades disciplinares.

30. No que concerne ao regramento sobre a responsabilidade do servidor, estabelecido no Capítulo IV, do Título V da Lei nº 6.123/68, Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Pernambuco, assinale a alternativa correta.

- A) Tratando-se de dano causado a terceiro, responderá o funcionário perante a Fazenda Estadual em ação regressiva, proposta após transitar em julgado a decisão condenatória.
- B) A responsabilidade penal somente poderá resultar de omissão no desempenho do cargo ou função e não será elidida pelo ressarcimento do dano.
- C) A responsabilidade civil decorre de procedimento doloso que importe prejuízo a terceiros.
- D) Pelo exercício irregular de suas atribuições, o funcionário responde somente civil e penalmente.
- E) É vedado o desconto de parcelas do vencimento do servidor, para fins de ressarcimento do prejuízo por ele causado à Fazenda Estadual.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

31. Sobre o dispositivo de armazenamento Pen Drive, se comparado a outros dispositivos de armazenamento portáteis, como disquetes, é INCORRETO afirmar que:

- A) é mais compacto e rápido.
- B) tem maior capacidade de armazenamento.
- C) é mais resistente devido à ausência de peças móveis.
- D) é feito de material mais flexível.
- E) sua conexão a um computador é feita através de uma porta USB.

32. Considere que um determinado computador, no qual um grande número de arquivos ou pastas importantes tenha sido criado recentemente, tornou-se lento ou a abertura dos programas no disco rígido tornou-se lenta. Qual a ferramenta do sistema operacional Windows é mais recomendada para otimizar e melhorar o desempenho do computador, considerando a situação citada?

- A) Gerenciador de tarefas.
- B) Desfragmentador de disco.
- C) Assistente para transferência de arquivos e configurações.
- D) Restauração do sistema.
- E) Windows defender.

33. Qual o recurso recomendado no Microsoft Office Outlook para melhorar o desempenho e impedir que a caixa de correio fique muito grande?

- A) Enviar/Receber.
- B) Limpar sinalizador.
- C) Autoarquivar.
- D) Recortar.
- E) Marcar para baixar Mensagem(ns).

34. Suponha que a imagem abaixo refere-se à ferramenta Microsoft Office Excel. Analisando-a, é correto afirmar que:

	A	B	C	D
1	Reforma da cozinha - Planilha de custos			
			Custo por item (R\$)	Custo total (R\$)
2	Itens	Quantidade		
3	Armários			
4	Armários de base: modular - padrão (quantidade em metros lineares)	25	5	125
5	Armários superiores: modular - padrão (quantidade em metros lineares)	25	1,05	26,25
6	Eletrodomésticos			
7	Lavadora de louça: padrão	1	250	250
8	Triturador de lixo: padrão	1	175	175
9	Fogão: móvel padrão	1	375	375
10	Microondas: padrão	1	300	300
11	Portas			
12	Interiores: núcleo maciço folheado	1	65	65
13	Piso			
14	Laminado (quantidade em metros quadrados)	165	53,7	8860,5
15	Iluminação			
16	Iluminação: embutida	4	35	140
17	Janelas			
18	Deslizantes	2	120	240
19	Subtotal			10556,75
20	Custos imprevistos			
21	Adicionar 30%			3167,03
22	Total			R\$ 13.723,78

- A) a célula subtotal (D19) pode ser calculada através da fórmula SOMA(A5.A20)
- B) a célula D21 pode ser calculada através da fórmula A19x0,3
- C) o custo total de Piso (D14) pode ser calculado através da fórmula MULTIPLIC(B14.C14)
- D) a célula total (D22) pode ser calculada através da fórmula TOT(A19.A21)
- E) a célula "Custo por item (R\$)" (C2) foi formatada com a opção "Quebrar texto automaticamente"

35. Qual o recurso disponível no Microsoft Word que permite incluir num documento uma planilha Excel, para que possa ser adequadamente utilizada como tal no documento MS Word?

- A) Inserir Objeto.
- B) Inserir Imagem.
- C) Inserir Arquivo.
- D) Comparar e Mesclar documentos.
- E) Espaço de Trabalho Compartilhado.

37. Segundo a Lei nº 4.320/64, as despesas públicas são classificadas em despesas correntes e de capital. Por sua vez, as despesas de capital são divididas em contas de: despesas de investimentos, inversões financeiras e transferências de capital. São respectivamente elementos destas contas:

- A) aquisição de imóveis, serviços em regime de programação especial e auxílios para obras públicas.
- B) obras públicas, aquisição de imóveis e auxílios para obras públicas.
- C) serviços em regime de programação especial, auxílios para inversões financeiras e amortização da dívida pública.
- D) equipamentos e instalações, participação em constituição ou aumento de capital de empresas ou entidades industriais ou agrícolas e outras contribuições.
- E) material permanente, constituição de fundos rotativos e concessão de empréstimos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

36. A Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000), visa regulamentar a Constituição Federal no que se refere à Tributação e Orçamento (Título VI). O Capítulo I da referida Lei – que trata das disposições preliminares – em seu Artigo 2º define a Receita Corrente Líquida – RCL e seu respectivo período de apuração como:

- A) o somatório das receitas tributárias, de contribuições patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, sem deduções e, no que se refere ao período de apuração, será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores, excluídas as duplicidades.
- B) o somatório das receitas tributárias, de contribuições patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, considerando-se as deduções aplicáveis à cada ente federativo e, no que se refere ao período de apuração, será apurada somando-se as receitas arrecadadas no ano civil anterior, excluídas as duplicidades.
- C) o somatório das receitas tributárias, de contribuições patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, sem deduções e, no que se refere ao período de apuração, será apurada somando-se as receitas arrecadadas no ano civil anterior, excluídas as duplicidades.
- D) a receita bruta referente a cada ente federativo no ano fiscal anterior.
- E) o somatório das receitas tributárias, de contribuições patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, considerando-se as deduções aplicáveis à cada ente federativo e, no que se refere ao período de apuração, será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores, excluídas as duplicidades.

38. Segundo a Lei nº 4.320/64, no que se refere aos restos a pagar, assinale a alternativa correta.

- A) Consideram-se restos a pagar as despesas empenhadas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas.
- B) Consideram-se restos a pagar as despesas não pagas, distinguindo-se as processadas das não processadas.
- C) O registro dos restos a pagar será far-se-á por exercício e por credor, distinguindo-se as despesas processadas das não processadas.
- D) Consideram-se restos a pagar as despesas não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas.
- E) O registro dos restos a pagar será apurado no mês em referência, somando-se a este, os onze meses anteriores, distinguindo-se as despesas empenhadas, não pagas e não processadas.

39. É correto afirmar que:

- A) a Lei Orçamentária Anual (LOA), compreenderá metas e prioridades da Administração Pública Federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- B) a Lei nº 4.320/64 obriga a União a assumir a dívida pública mobiliária dos Estados e do Distrito Federal, além de outras dívidas autorizadas pelo Senado Federal.
- C) a LDO compreenderá: o orçamento fiscal, o orçamento de investimentos e o orçamento da seguridade social.
- D) o Plano Plurianual (PPA) estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública Federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
- E) a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000), foi a primeira lei publicada no sentido de dar Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

40. A Lei nº 4.320/64 em seu Título IX (da Contabilidade), Capítulo IV (dos Balanços), define como serão demonstrados os resultados gerais do exercício, dentre outras coisas. Neste Capítulo, por meio de anexos, são definidas as formas de organização, *lay-out* e contas que compõem cada um destes demonstrativos. Os lançamentos referentes às receitas e despesas classificadas como extraorçamentárias e independentes da execução orçamentária, são registrados:

- A) exclusivamente no Balanço Orçamentário.
- B) no Balanço Orçamentário e no Balanço Financeiro, respectivamente.
- C) exclusivamente na Demonstração das Variações Patrimoniais.
- D) exclusivamente no Balanço Patrimonial.
- E) no Balanço Financeiro e na Demonstração das Variações Patrimoniais respectivamente.

41. No que se refere ao Balanço Patrimonial da Contabilidade Pública, nas contas de compensação são registrados(as):

- A) os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.
- B) as dívidas fundadas e outras cujo pagamento independa de autorização orçamentária.
- C) os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.
- D) as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.
- E) os bens, valores, obrigações e situações não registrados nos Ativos e Passivos (Financeiro e Permanente) e que, mediata ou indiretamente, possam vir a afetar o patrimônio.

42. Suponha uma situação hipotética: o governador de um Estado qualquer da federação encontra-se em dificuldades de caixa para pagar os salários atrasados dos professores da universidade estadual. No sentido de fazer caixa para quitar tal obrigação ele consegue aprovar a venda de parte das ações da empresa Estatal de energia da qual o Governo possui total controle acionário. Esta é uma situação:

- A) possível, pois obedece a um dos principais pilares da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000) que é da garantia do equilíbrio das contas.
- B) possível, pois obedece a um dos principais pilares da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000) que é o da prevenção de riscos e correção de desvios que afetem o equilíbrio das contas públicas.
- C) possível, desde que prevista na Lei Orçamentária Anual – LOA.
- D) impossível, pois conforme disposto no Caput do Art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração nos Estados, não poderá exceder 60% (sessenta por cento) da receita corrente.
- E) impossível, pois segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000) é vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.

43. Segundo a Lei nº 8.666, de 21/06/93 – que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública – em um processo licitatório o prazo mínimo até o recebimento das propostas ou da realização do evento será:

- A) o mesmo para as modalidades de leilão e convite.
- B) de até noventa dias, dependendo da modalidade.
- C) de sessenta dias para a modalidade de concurso.
- D) de quarenta e cinco dias para a modalidade de concorrência, quando o contrato a ser celebrado contemplar o regime de empreitada integral.
- E) de quarenta e cinco dias para a modalidade de tomada de preços, quando a licitação for do tipo melhor técnica ou técnica e preço.

44. A formação da Comissão Permanente de Licitação obedece aos seguintes critérios conforme a Lei nº 8.666 de 21/06/93, EXCETO:

- A) ser constituída por, no mínimo, três membros, onde pelo menos um deve pertencer aos quadros da Administração Pública responsável pela licitação.
- B) que a investidura dos membros das Comissões permanentes não pode exceder a um ano.
- C) quando da renovação da comissão para o período subsequente, é possível a recondução parcial desses membros. A lei só não admite a recondução da totalidade.
- D) que os membros da Comissão de licitação respondem solidariamente pelos atos praticados, salvo se posição individual divergente estiver devidamente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que tiver sido tomada a decisão.
- E) no caso de concurso, o julgamento será feito por uma comissão especial integrada por pessoas de reputação ilibada e reconhecido conhecimento da matéria em exame, servidores públicos ou não, inexistindo a obrigatoriedade da criação de Comissão permanente.

45. Diversos gestores públicos vêm, ao longo dos últimos anos, contratando artistas consagrados pela crítica especializada ou pela opinião pública para eventos promovidos pela Administração Pública em diversas de suas esferas. Neste caso, conforme a Lei nº 8.666 de 21/06/93:

- A) o artista poderá ser contratado sem licitação, pois a contratação de artistas com esta qualificação está contemplada nos casos de dispensa de licitação.
- B) o artista poderá ser contratado sem licitação, pois a contratação de artistas com esta qualificação faz parte da lista de inexigibilidades.
- C) o artista poderá ser contratado sem licitação, pois se trata de profissional com notória especialização.
- D) há a licitação na modalidade de convite.
- E) caso o artista possua empresário a licitação, ocorre na modalidade de concorrência.

46. A escolha das modalidades (ou hierarquia das modalidades – nos termos do Art. 23 da Lei nº 8.666/1993) concorrência, tomada de preços e convite pode ser definida por limites – o valor estimado da contratação. Nestes casos:

- A) quando o valor estimado da contratação indicar a realização da modalidade de tomada de preços, a Administração pode utilizar a modalidade de convite.
- B) quando o valor estimado da contratação indicar a realização da modalidade de concorrência, a Administração pode utilizar a modalidade tomada de preços.
- C) a Administração pode utilizar, em qualquer caso, a modalidade de concorrência.
- D) há ainda uma nova possibilidade, a modalidade de pregão, que pode ser utilizada desde que sejam respeitados os limites máximos e mínimos de valor estabelecidos por lei para esta modalidade.
- E) o melhor preço pode determinar a modalidade.

47. No que se refere à revogação ou anulação do processo licitatório é INCORRETO afirmar que:

- A) a anulação é privativa do judiciário.
- B) o ato de revogar a licitação é privativo da Administração licitadora.
- C) o ato de anular abrange toda a licitação, determinando seu encerramento de forma total.
- D) a nulidade do procedimento licitatório torna nulo o contrato.
- E) o dever de indenizar não cabe quando o contratado comprovadamente tiver dado causa ao ato ilegal.

48. Conforme a Lei nº 4.320/64, os créditos adicionais:

- A) são receitas não computadas na Lei de Orçamento.
- B) classificam-se em complementares, especiais e ordinários.
- C) terão vigência adstrita ao exercício financeiro em que forem abertos, salvo expressa disposição legal em contrário, quanto aos especiais e extraordinários.
- D) não são abertos por decreto do Poder Executivo.
- E) são a diferença positiva entre as receitas não financeiras e as despesas não financeiras.

49. Uma sociedade aberta apurou no exercício 20X0 um lucro líquido de \$10.000,00. Entretanto, erroneamente, ainda não haviam sido apurados \$300,00 em participações estatutárias. Não havendo nada mais a apurar, o Contador precisava reavaliar o lucro líquido do exercício e os dividendos mínimos a pagar deliberados pelo estatuto em 25%. Antes, procedeu a seguinte destinação:

Reserva legal: \$500,00.

Reserva para contingências do exercício: \$400,00.

Reversão de reservas de contingência: \$300,00.

Respectivamente, qual o lucro líquido apurado no exercício 20X0 e o valor dos dividendos mínimos?

- A) \$9.700,00 e \$2.275,00
- B) \$10.000,00 e \$2.350,00
- C) \$9.700,00 e \$2.200,00
- D) \$9.700,00 e \$2.500,00
- E) \$10.000,00 e \$2.425,00

50. Com relação à Demonstração do Valor Adicionado – DVA, pode-se afirmar que:

- A) a depreciação é deduzida das receitas para composição do valor adicionado a distribuir.
- B) na distribuição do valor adicionado, a depreciação é destinada aos acionistas.
- C) as receitas geradas pela companhia são integralmente distribuídas como valor adicionado.
- D) a DVA não é um relatório com viés social, para tanto está disponível o Balanço Social – BS.
- E) como se trata de um relatório com viés social, a DVA não contempla a parcela destinada à remuneração do capital.

51. A Cia. Recife – investidora – apresenta em seu ativo não circulante investimentos externos em ações de outras duas organizações: a Cia. Búzios e a Cia. Saquarema - investidas. Na primeira investida, a Cia. Búzios, o montante investido pela Cia. Recife é de \$101,00 e representa 100% do capital da investida. Já na segunda investida, a Cia. Saquarema, o valor registrado pela investidora é de \$200,00 e representa 51% do capital da investida. No que se refere à administração das Cias. investidas, a investidora possui na integralidade as ações com direito a voto da Cia. Búzios; em contrapartida, as ações da Cia. Saquarema não possuem direito a voto. Sabe-se que a Cia. Recife é uma companhia aberta com Patrimônio Líquido – PL no valor de \$2.000,00. Assim, no que se refere à Cia. Recife, pode-se concluir que:

- A) a Cia. Búzios é controlada e a Cia. Saquarema é coligada e, além disto, que os dados não são suficientes para determinar o método de avaliação do investimento da Cia. Recife.
- B) a Cia. Búzios é controlada e a Cia. Saquarema é coligada e, além disto, que o método de avaliação dos investimentos da Cia. Recife nas investidas é o da equivalência patrimonial.
- C) a Cia. Búzios é coligada e a Cia. Saquarema não é controlada e nem coligada e, além disto, que o método de avaliação dos investimentos da Cia. Recife nas investidas é o de custo de aquisição.
- D) a Cia. Búzios é controlada e a Cia. Saquarema não é controlada e nem coligada e, além disto, que o método de avaliação dos investimentos da Cia. Recife nas investidas é o de equivalência patrimonial.
- E) a Cia. Búzios é controlada e a Cia. Saquarema é coligada e, além disto, que o método de avaliação dos investimentos da Cia. Recife nas investidas é o de custo de aquisição.

52. A Cia. Niterói possui participação na coligada Cia. Jaboatão. A coligada apurou lucro no exercício e os dividendos na forma do estatuto. Este evento ocasiona, respectivamente, na Cia. Niterói e na Cia. Jaboatão:

- A) redução do capital social e redução no resultado operacional.
- B) redução dos lucros acumulados e redução do capital social.
- C) redução das receitas não operacionais e redução dos lucros acumulados.
- D) redução do valor dos investimentos e redução dos lucros acumulados.
- E) redução do capital social e aumento das obrigações passivas.

53. A reversão NÃO se aplica:

- A) às reservas estatutárias.
- B) às reservas de reavaliação.
- C) à reserva de lucro a realizar.
- D) à reserva legal.
- E) às reservas de incentivos fiscais.

54. O Princípio da Atualização Monetária (Art. 8º da Resolução nº 750/93 do Conselho Federal de Contabilidade – CFC):

- A) estabelece correção de valor.
- B) representa nova avaliação.
- C) é compatível, entretanto, mutuamente excludente com o princípio do Registro pelo Valor Original.
- D) reconhece a moeda como unidade constante de medida do poder aquisitivo.
- E) permite ajustes de modo a expressar a real situação do Patrimônio Líquido em relação aos preços de mercado.

55. As Cias. Curado, Irajá e Imbiribeira encerraram suas atividades realizando uma operação de fusão constituindo a Cia. Tijuca. No momento da fusão o Patrimônio Líquido (PL) das Cias. em processo de fusão apurado pelos peritos correspondia a (conforme quadro abaixo em \$):

	Curado	Irajá	Imbiribeira
Capital Social	140	280	280
Lucros/Prejuízos Acumulados	140	0	-40
Reservas para Contingências	10	0	0

Sendo assim, a Cia. Tijuca inicia suas operações com um PL de:

- A) \$700,00
- B) \$800,00
- C) \$810,00
- D) \$710,00
- E) \$850,00

56. Uma das principais características da auditoria é:

- A) Surgir, exclusivamente, a partir de um conflito latente e manifesto que se quer esclarecer.
- B) ter por objetivo exclusivo a descoberta de fraudes.
- C) visar a produção de provas e laudos criminalísticos.
- D) poder produzir resultados apenas com o exame por amostragem.
- E) ser um exame integral, sem nada a excluir.

57. Na Cia. Avenida aconteceram os seguintes eventos:

1. No mês 1 (um): a compra de matéria-prima no valor de \$550, com prazo de três meses para pagamento.
2. No mês 2 (dois): pagamento de custos de produção no valor de \$110.
3. No mês 3 (três): venda total dos estoques de produtos acabados no valor de \$880 com prazo de recebimento de dois meses.
4. No mês 3 (três): despesas de comissões de \$44 que serão liquidadas no mês 4 (quatro).
5. No mês 5 (cinco): liquidação dos empréstimos eventualmente contratados junto às instituições financeiras.

Nestes eventos, três premissas devem ser consideradas: a primeira, que a conta disponibilidades apresenta saldo zero no início das operações; a segunda, que no evento 3 (três) todo o estoque foi liquidado, inclusive o de matérias-primas, o saldo da conta estoque foi zerado. e, a terceira, que eventuais insuficiências de caixa serão supridas por empréstimos bancários, com juros de 10% a.m. apropriados mensalmente (os juros somente serão apropriados sobre o saldo mensal da conta empréstimos a pagar).

Sendo assim, qual o valor do Patrimônio Líquido da Cia. Avenida no mês 4 (quatro)?

- A) \$61,60
- B) \$165
- C) \$154
- D) \$0
- E) \$176

58. Segundo as normas de atuação (NBC P 3 – Normas Brasileiras de Contabilidade – Normas Profissionais do Auditor Interno), o Auditor Interno:

- A) pode realizar trabalhos de forma compartilhada exclusivamente com profissionais de outras áreas da empresa em que atua.
- B) a entrega dos seus papéis de trabalho ao Auditor Externo está condicionada à autorização dada pela administração da entidade que atua.
- C) seu trabalho e responsabilidades abrangem toda a organização de forma irrestrita, não sendo limitado apenas a sua área de atuação.
- D) deve seguir o planejamento de trabalho do Auditor Externo, sempre que solicitado.
- E) deve manter sigilo após término do vínculo empregatício ou contrato, respeitando as regras de “quarentena”.

59. ANBC T 11 – (Normas Brasileiras de Contabilidade – que trata das normas de auditoria independente das demonstrações contábeis – aprovada pela Resolução CFC nº 820/97) define os procedimentos de auditoria como o conjunto de técnicas que permitem ao auditor obter evidências ou provas suficientes e adequadas para fundamentar sua opinião sobre as demonstrações contábeis auditadas. Para tanto, os auditores, utilizam testes.

- A) Os testes de observância visam à obtenção de razoável segurança de que os procedimentos de controle interno estabelecidos pela administração estão em efetivo funcionamento e cumprimento. Os testes de observância se dividem em: testes de transações e saldos, e procedimentos de revisão analítica.
- B) Os testes substantivos visam à obtenção de evidência quanto à suficiência, exatidão e validade dos dados produzidos pelo sistema contábil da entidade. Os testes substantivos se dividem em: testes de transações e saldos, e procedimentos de revisão analítica.
- C) Os testes substantivos visam à obtenção de razoável segurança de que os procedimentos de controle interno estabelecidos pela administração estão em efetivo funcionamento e cumprimento. Os testes de observância se dividem em: testes de transações e saldos, e procedimentos de revisão analítica.
- D) Os testes de observância visam à obtenção de evidência quanto à suficiência, exatidão e validade dos dados produzidos pelo sistema contábil da entidade. Os testes substantivos se dividem em: testes de transações e saldos, e procedimentos de revisão analítica.
- E) Os testes de observância visam à obtenção de razoável segurança de que os procedimentos de controle interno estabelecidos pela administração estão em efetivo funcionamento e cumprimento. Os testes de observância se dividem em: inventário de estoques e caixa, e procedimentos de revisão de rotinas e processos.

60. Conforme a NBC T 11, no que se refere à fraude e erro em um processo de auditoria, é INCORRETO afirmar que:

- A) mesmo que não causem efeito sobre o parecer, serão publicados pelo auditor independente, assim como, as respectivas medidas corretivas adotadas pela administração para solução do problema.
- B) a omissão pode ser caracterizada como fraude ou como erro, dependendo da qualificação do ato.
- C) a responsabilidade primária na prevenção e identificação de fraude e erros é da administração da entidade.
- D) o auditor independente deve planejar seu trabalho de forma a detectar fraudes e erros que impliquem em efeitos relevantes nas demonstrações contábeis.
- E) ao detectar erros relevantes ou fraudes no decorrer dos seus trabalhos, o auditor independente tem a obrigação de comunicá-los à administração da entidade e sugerir medidas corretivas.